



Giambiagi acha que o próximo governo terá que ir devagar: "A reforma da Previdência deve ser um processo contínuo, que exige tempo e convencimento"

Economista sugere acerto gradual para desequilíbrios na Previdência

Ricardo Balthazar
De São Paulo

O déficit da Previdência Social deve atingir neste ano 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1994, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito, ele representava 1,5% do PIB. Houve várias tentativas de reformar o sistema, mas o tamanho do problema mais do que dobrou em oito anos, e é improvável que ele seja corrigido logo.

O economista Fábio Giambiagi, gerente do Departamento de Economia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acha que o próximo governo fará melhor se buscar pequenos avanços graduais, em vez de insistir em reformas muito ambiciosas. "A reforma da Previdência deve ser vista como um processo contínuo, que exige tempo e convencimento", disse.

Para Giambiagi, o próximo presidente dificilmente terá o apoio de uma coalizão partidária ampla como a que sustentou Fernando Henrique. Além disso, observou, o discurso dos candidatos sugere que a prioridade do próximo governo será usar o capital político obtido nas eleições para convencer o Congresso a aprovar uma reforma tributária.

Giambiagi propôs no seminário do Instituto Futuro Brasil uma agenda de mudanças na Previdência sobre a qual o próximo governo deveria se concentrar. A principal seria a extensão do fator previdenciário para os servidores federais. Criado em 1999, o fator mudou a forma de cálculo das aposentadorias do setor privado, obrigando os trabalhadores a adiar a aposentaria para obter benefícios maiores.

Embora tenham perdido alguns privilégios, os servidores continuam se aposentando com o salário da ativa e os professores ainda se aposentam mais cedo que os outros trabalhadores. Nos cálculos de Giambiagi, que não incluem as contas de Estados e municípios, as aposentadorias dos servidores federais representarão neste ano dois terços do déficit do sistema previdenciário.

O economista do BNDES também sugere que o próximo governo insista na fixação de uma idade mínima para a aposentadoria no setor privado. Essa condição existe hoje apenas para o funcionalismo. Giambiagi também acha necessário reduzir as diferenças no tratamento dado às mulheres e aos professores.

As sugestões de Giambiagi, que trabalhou com o candidato

do PSDB a presidente, José Serra, quando ele foi ministro do Planejamento, estão sendo estudadas pela assessoria da campanha tucana. Mas a proposta de Serra sobre o assunto é desconhecida e ainda não se sabe se as idéias de Giambiagi serão aproveitadas.

A ex-secretária de Previdência Complementar Solange Paiva Vieira, que também participou do seminário, acha que o próximo governo deveria aproveitar a boa vontade do Congresso no início de 2003 para enfrentar questões mais difíceis, como a da idade mínima. "Se o custo político é alto, melhor tentar o que dá mais resultado", sugeriu Solange, que hoje é diretora administrativa da Advocacia-Geral da União.

Ela observou que muitos desequilíbrios do pedaço do sistema que atende aos servidores federais são produto de distorções que não se reproduzem mais. Muitos dos funcionários aposentados não contribuíram com nada para suas aposentadorias. Os atuais servidores pagam 11% do salário todo mês. O mesmo ocorre nos Estados e nos municípios, onde as contribuições são menores e há espaço para aumentos.

Em grande parte, a situação atual da Previdência foi causada pela expansão das aposentado-

rias rurais e pelos seguidos aumentos do salário mínimo nos últimos anos. Como Giambiagi mostrou ontem, o salário mínimo teve um aumento real de 52% desde 1994, com impacto direto nas contas da Previdência, já que um de cada quatro beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recebe o mínimo.

O caso dos aposentados do campo é complicado porque a maioria contribuiu muito pouco para o sistema. Eles não ganham muito, em geral apenas um salário mínimo, mas pesam nas contas do INSS. Muitos economistas, como Raul Velloso, especialista em finanças públicas, acham que seria melhor tirá-los do INSS para tratá-los à parte, como um programa de assistência social.

A vantagem, dizem, seria dar mais transparência ao problema no orçamento. Para Giambiagi, o risco seria criar a falsa impressão de que, sem os aposentados do campo, o caixa da Previdência ficaria para sempre no azul. "A idéia serviria para estimular pressões por aumentos do salário mínimo e as outras distorções seriam esquecidas", afirmou.

As propostas de Giambiagi para a reforma da Previdência estão em www.ifb.com.br/propostas.asp